

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

↳ BASE: ART. 37, §4º, CF

↳ LEI 8.429/92 ⇒ LIA

{ * DOCTRINA
* JURISPRUDÊNCIA

SUBJEITOS ATIVOS ("PRATICAR")

- * PRÓPRIO ⇒ AGENTE PÚBLICO
- * IMPRÓPRIO

AGENTE PÚBLICO (SENTIDO AMPLO)

↳ PESSOA FÍSICA {
CARGO
EMPREGO PÚB.
MANDATO
FUNÇÃO PÚB.

↳ POR MEIO {
NOMEAÇÃO
DESIGNAÇÃO
ELEIÇÃO
CONTRATAÇÃO
(OU QUALQUER
OUTRA FORMA
OU VÍNCULO)

↳ AINDA QUE {
TRANSITÓRIA
NÃO REMUNERADA

SUBJEITOS ATIVOS ("PRATICAR")

- * PRÓPRIO ⇒ AGENTE PÚBLICO
- * IMPRÓPRIO ⇒ PARTICULAR { INDUZIR
CONCORRER
BENEFICIÁRIO

→ PARTICULAR NÃO RESPONDE "SOZINHO" PELA IMPROBIDADE

→ AGENTES POLÍTICOS ⇒ RESPONDEM NOS TERMOS DA LIA
↳ SALVO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SUJEITOS ATIVOS

↳ PRÓPRIO

Art. 2º Reputa-se **agente público**, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que **transitoriamente** ou **sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

↳ IMPRÓPRIO

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, **induza** ou **concorra** para a prática do ato de improbidade ou dele se **beneficie** sob qualquer forma **direta** ou **indireta**.

Sujeitos Passivos ("CONTRA QUEM")



Estratégia
Concursos

SUJEITOS PASSIVOS

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

SUBJEITOS PASSIVOS ("CONTRA QUEM")



* ADM { DIRETA (3 PODERES)
 INDIRETA

* EMPRESA INCORPORADA

* ENTIDADE PRIVADA (\$ PÚBLICO)

↳ + 50%

SUJEITOS PASSIVOS

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

SUBJEITOS PASSIVOS ("CONTRA QUEM")

* ADN { DIRETA (3 PODERES)
 { INDIRETA

* EMPRESA INCORPORADA

* ENTIDADE PRIVADA (\$ PÚBLICO)

+ 50%

- 50%

SUBVENÇÃO
BENEFÍCIO
INCENTIVO

SANÇÕES PATRIMONIAIS ESTÃO
LIMITADAS À REPERCUSSÃO DO
ILÍCITO ⇒ CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA

ENTIDADES PRIVADAS

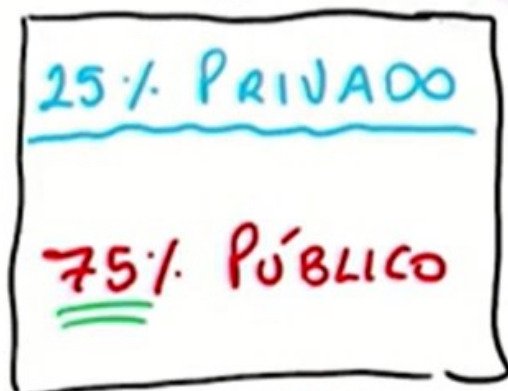
A



~~100 MIL~~

NÃO CONFIGURA
IMPROBIDADE

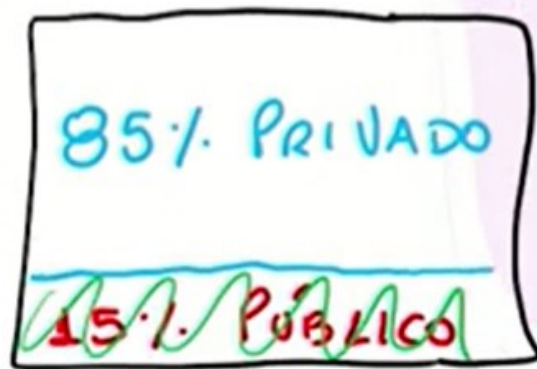
B +50%



~~100 MIL~~

100 MIL

C -50%



~~100 MIL~~

15 MIL